



13 DE DEZEMBRO DE 2018

Quinta-feira

- ECONOMIA BRASILEIRA CRESCERÁ 2,7% E INDÚSTRIA TERÁ EXPANSÃO DE 3% EM 2019, PREVÊ CNI
- PAULO GUEDES ACENA À INDÚSTRIA COM MANUTENÇÃO DE PROGRAMA
- INDÚSTRIA CONDICIONA AVANÇO EM 2019 À CONSOLIDAÇÃO DE PLANO ECONÔMICO
- NO INÍCIO DE GOVERNO, BOLSONARO TERÁ QUE NEGOCIAR CINCO ACORDOS COMERCIAIS
- ARTIGO: "BRASIL, ABERTO PARA NEGÓCIOS"
- SENADO APROVA REGRAS MAIS SIMPLES PARA A DISSOLUÇÃO DE EMPRESAS LTDAS
- NOVO CÓDIGO COMERCIAL DEFINE EMPRESÁRIO FORMAL, INDIVIDUAL E INFORMAL
- CNI MANTÉM PREVISÃO DE ALTA DE 1,3% PARA PIB DE 2018
- LEI TRABALHISTA TEM QUE SE APROXIMAR DA INFORMALIDADE, DIZ BOLSONARO
- ESPECIALISTAS VEEM COM RECEIO FALA DE BOLSONARO SOBRE INFORMALIDADE
- INSEGURANÇA TRAVA MAIS INVESTIMENTO DO QUE MACROECONOMIA, DIZ PRESIDENTE DO BNDES
- BRASIL TEVE CRISE DE 1º MUNDO, MAS REAGIU COMO SUBDESENVOLVIDO, DIZ KRUGMAN
- BRASIL PRECISA DESENVOLVER O MERCADO DE AÇÕES, DIZ PRESIDENTE DO BNDES
- 'TAMBÉM É UM TORMENTO SER EMPREGADO', DIZ PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO
- INDICAÇÃO DE FORA PARA A PGFN COMPROMETE COMBATE À SONEGAÇÃO, DIZ SINDICATO
- EQUATORIAL ANUNCIA PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PARA CEPISA, ADQUIRIDA DA ELETROBRAS
- ARTIGO: "LEI DO DESEMPREGO: BOA PARA MEIA DÚZIA, RUIM PARA MILHÕES"
- EDITORIAL: "O FUTURO INCERTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA"

- COPOM DECIDE MANTER A SELIC EM 6,50% AO ANO
- TAXA BÁSICA DOS JUROS CAMINHA PARA MAIOR PERÍODO EM BAIXA HISTÓRICA
- BANCOS DE DESENVOLVIMENTO EM TODO O MUNDO ESTÃO SE REINVENTANDO, DIZ LEVY
- FUX REVOGA A PRÓPRIA LIMINAR, E MULTA PARA QUEM NÃO CUMPRIR TABELA DO FRETE VOLTA A VALER
- AGU PEDE AO STF QUE RECONSIDERE DECISÃO DE FUX SOBRE TABELA DO FRETE
- CONTRA O EXCESSO DE JUDICIALIZAÇÃO, AGU ESTÁ REVISANDO ESTOQUE REGULATÓRIO
- SECRETÁRIO DO TESOUREO CRITICA POSTURA DE MONTADORAS SOBRE INCENTIVO FISCAL
- PETROBRAS REDUZ EM 1,51% PREÇO DA GASOLINA EM REFINARIAS NO DIA 14 A R\$ 1,5878
- RENAULT PEDE QUE NISSAN NÃO CONTATE SEUS MEMBROS DO CONSELHO, DIZEM FONTES
- FÁBRICA DA VOLKSWAGEN EM TAUBATÉ COMEMORA PRODUÇÃO DE 7 MILHÕES DE VEÍCULOS
- VOLKSWAGEN ANUNCIA NOVO PRESIDENTE E CEO DO GRUPO NA ARGENTINA
- BMW DE ARAQUARI ATINGE A MARCA DE 50 MIL CARROS PRODUZIDOS
- AB FIRMA COOPERAÇÃO COM WOMEN IN LEADERSHIP IN LATIN AMERICA
- CSN PROJETA ALTA DE 33% EM PRODUÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO ATÉ 2023

| CÂMBIO | | |
|----------------------|---------------|--------------|
| EM 13/12/2018 | | |
| | Compra | Venda |
| Dólar | 3,892 | 3,893 |
| Euro | 4,415 | 4,417 |

Fonte: BACEN

Economia brasileira crescerá 2,7% e indústria terá expansão de 3% em 2019, prevê CNI

13/12/2018 – Fonte: CNI (publicado em 12-12-2018)

Concretização do cenário positivo depende do ajuste das contas públicas e das reformas previdenciária e tributária. Desempenho do PIB em 2018 frustrou as expectativas

A economia brasileira crescerá 2,7% no próximo ano, impulsionada pela expansão de 3% da indústria e de 6,5% do investimento. O consumo das famílias, outro importante motor do crescimento, aumentará 2,9% em 2019. As previsões estão na edição especial do [Informe Conjuntural – Economia Brasileira](#), que a [Confederação Nacional da Indústria \(CNI\)](#) divulga nesta quarta-feira (12). No entanto, esse cenário só se confirmará se o governo eleito fizer o ajuste duradouro nas contas públicas, avançar nas reformas estruturantes, como a previdenciária e a tributária, e adotar medidas para melhorar o ambiente de negócios, entre as quais estão a desburocratização.

“O país deve se unir em favor de medidas que impulsionem o desenvolvimento econômico e social”, afirma o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.

Além das estimativas positivas para o próximo ano, o Informe Conjuntural destaca que há espaço para um crescimento maior e sustentado. “Se os avanços na agenda da transformação e das reformas forem substantivos, a resposta dos agentes econômicos poderá ser mais rápida e potencializar o crescimento”, avalia a CNI.

“Os consumidores terão confiança para suas decisões de consumo e os empresários maior disposição para investir e contratar”, afirma o estudo. Com esse cenário, a taxa anual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) poderá alcançar 3% ou mais no segundo semestre.



"É hora de avançarmos mais decididamente na total remoção dos obstáculos ao crescimento", disse Robson Braga de Andrade (centro)

Por isso, Robson Andrade destaca que não há tempo a perder. “As tarefas são urgentes. É hora de avançarmos mais decididamente na total remoção dos obstáculos ao crescimento, com o enfrentamento de questões antigas, como as graves distorções do atual sistema previdenciário, que está à beira da inviabilidade financeira, e a complexidade do sistema tributário”, diz o presidente da CNI.

Essas e outras medidas prioritárias para o Brasil voltar a crescer estão na [Agenda dos 100 Dias - Brasil 2019](#), que a CNI apresentou à equipe de transição do governo de Jair Bolsonaro. As sugestões foram selecionadas nos 42 documentos que a CNI apresentou aos candidatos à Presidência da República, em julho deste ano. “Há uma expectativa muito grande que o governo Bolsonaro fará a reforma da Previdência”, afirma Robson Andrade.

“Se o governo não conseguir reformar a Previdência terá de apontar outros caminhos para reduzir o déficit público”, completa. O Presidente da CNI explicou ainda que o Brasil investe pouco em infraestrutura e falou sobre a necessidade de ampliar esses investimentos. Assista:

DESEMPREGO E INFLAÇÃO - Outras previsões da indústria para o próximo ano indicam que a taxa de desemprego cairá para 11,4%, a inflação ficará em 4,1%, a taxa nominal de juros básicos da economia alcançará 7,50% ao ano no fim de 2019 e a cotação média do dólar será de R\$ 3,78. A balança comercial fechará 2019 com um saldo positivo de US\$ 45 bilhões. A dívida pública continuará subindo e alcançará 79,5% do PIB.

Mas há riscos, sobretudo internos, à concretização do cenário virtuoso previsto pela indústria. De acordo com o Informe Conjuntural, se o país optar por reformas limitadas ou incompletas, a confiança dos empresários e consumidores diminuirá, o que conduzirá o país à estagnação da economia, como ocorreu em 2017 e 2018. O pior, no entanto, é o adiamento ou a opção por não fazer as reformas.

“Essa situação poderá ter um afeito devastador na confiança dos agentes, causando rápida deterioração dos indicadores de risco-país, ativos financeiros e taxa de câmbio, com reflexos na taxa de juros doméstica. Nesta situação, seria possível até mesmo o retorno do quadro de recessão que marcou o meio da década atual”, adverte a CNI.

PERSPECTIVAS DA ECONOMIA BRASILEIRA

| ATIVIDADE ECONÔMICA | | | | |
|---|--------|-------|--------------------|--------------------|
| | 2016 | 2017 | 2018 (previsão) | 2019 (projeção) |
| PIB (variação anual) | -3,5% | 1,0% | 1,3% | 2,7% |
| PIB industrial (variação anual) | -4,6% | -0,5% | 1,3% | 3,0% |
| Consumo das famílias (variação anual) | -3,9% | 1,4% | 2,1% | 2,9% |
| Formação bruta de capital fixo (variação anual) | -12,1% | -2,5% | 5,1% | 6,5% |
| Taxa de Desemprego (média anual - % da PEA) | 11,5% | 12,7% | 12,2% | 11,4% |

FRUSTRAÇÃO EM 2018 – O adiamento das reformas foi um dos fatores que prejudicou o desempenho da economia e da indústria neste ano. O Informe Conjuntural lembra que o crescimento de 2018 ficou aquém do estimado no fim de 2017. O PIB do país deve fechar o ano com crescimento de 1,3%, abaixo dos 2,6% previstos inicialmente. O PIB da indústria também deve crescer apenas 1,3%, menos do que os 3% estimados no início do ano.

A expansão de 1,3% da economia brasileira está distante do crescimento médio de 3,7% estimado para a economia mundial. “O Brasil segue, portanto, aumentando o hiato que nos separa das economias avançadas e das emergentes”, informa a CNI.

Além do adiamento das reformas, sobretudo a da Previdência, o estudo lembra que as incertezas sobre as eleições, a greve que paralisou os transportes no país e o desemprego elevado prejudicaram a recuperação da atividade econômica em 2018. Esses fatos impediram que a inflação baixa e a queda dos juros tivessem um efeito mais positivo sobre a economia.

SAIBA MAIS - Faça o download do [Informe Conjuntural - Economia Brasileira](#) no Portal da Indústria.

Paulo Guedes acena à indústria com manutenção de programa

13/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Brasil Mais Produtivo investe em gestão nas fábricas e custou R\$ 56 milhões

Um dos mais recentes programas de política industrial criados pelo Ministério da Indústria e Comércio Exterior (Mdic), o Brasil Mais Produtivo deve continuar no governo Jair Bolsonaro (PSL).

Esse é um primeiro aceno que o novo governo faz ao setor industrial, que não foi atendido no pleito de manter uma interlocução exclusiva na Esplanada dos Ministérios. A tentativa de criar uma pasta da Produção e do Emprego, fundindo Mdic e Trabalho, naufragou logo nos primeiros dias após a eleição.

As entidades que representam o setor também têm, entre as preocupações, a perda dos recursos do Sistema S (recolhido como parte dos tributos pagos pelas empresas), a interrupção de outros programas de política industrial e, ainda, ficar sem os incentivos tributários.

No novo governo, a pasta será fundida à Fazenda e ao Planejamento, formando o novo Ministério da Economia. Suas atribuições ficarão sob o comando do economista Carlos da Costa, ex-diretor do BNDES, que será secretário-geral de Produtividade e Competitividade.

A escola liberal do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, e de boa parte de seus assessores é conceitualmente contrária a programas que atendam a um setor específico e defende medidas que ajam de forma horizontal sobre toda a economia.

O Brasil Mais Produtivo, no entanto, tem a simpatia de economistas ligados a Guedes, que afirmam que ele provavelmente será mantido na próxima gestão.

Um dos fatores observados é o custo baixo. O programa-piloto, que durou dois anos e atendeu 3.000 empresas, custou R\$ 56 milhões. Para ter uma comparação, o programa voltado à indústria automotiva, o Rota 2030, consumirá R\$ 2,1 bilhões em 2019 e R\$ 1,5 bilhão por ano durante a vigência do programa.

Estudos encomendados pelo Mdic ao Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e à Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) mostram que houve ganho de produtividade de 52% nas empresas contempladas pelo programa.

O projeto investe recursos na melhoria da gestão das fábricas, evitando problemas como a superprodução e a perda de tempo entre os processos produtivos.

"Temos o desejo de que o próximo governo possa atender pelo menos o dobro de empresas, ou seja, 6.000 empresas, já no próximo ano", afirmou à **Folha** o atual ministro, Marcos Jorge (Mdic). Para ele, o programa teve "resultado expressivo".

Apesar do aceno, a indústria ainda demonstra preocupação com a perda de interlocução no governo Bolsonaro.

Mesmo com o diálogo aberto com Carlos da Costa, empresários já disseram que esperam ter acesso direto ao chefe da área econômica para levar pleitos do setor.

Em encontro no Rio, há alguns dias, uma coalizão de dez entidades, entre elas a Anfavea (montadoras), o Instituto Aço Brasil (siderúrgicas) e a Abimaq (máquinas e equipamentos), apresentou estudo a Guedes com contra-argumentos a uma abertura comercial mais ampla, como prometida pelo economista.

As entidades alegam que países com setores produtivos mais complexos, como Brasil e EUA, têm um pequeno grau de inserção de produtos importados em seus mercados. "Os países mais abertos são aqueles que têm economias menores e menos complexas, como Malta e Luxemburgo", disse Marco Polo de Mello Lopes, presidente do Instituto Aço Brasil.

O que é o programa Brasil Mais Produtivo

Gestão Investe recursos na melhoria da gestão das fábricas, evitando problemas como a superprodução e a perda de tempo entre os processos produtivos

3.000 Empresas beneficiadas

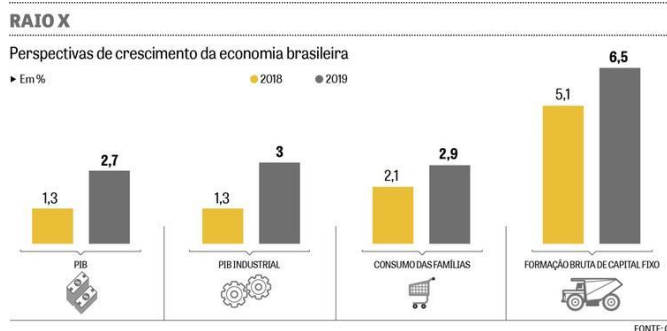
R\$ 56 mi é quanto foi gasto no programa

52% foi o ganho de produtividade nas empresas contempladas pelo programa, segundo estudos encomendados pelo Mdic ao Ipea (Instituto de Política Econômica Aplicada) e à Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe)

Indústria condiciona avanço em 2019 à consolidação de plano econômico

13/12/2018 – Fonte: DCI

CNI projeta crescimento do PIB brasileiro em 2,7% no próximo ano, puxado pela melhora do setor produtivo, mas cenário positivo depende da implementação de reformas pelo novo governo



A indústria espera crescimento em 2019, baseado nas propostas do governo eleito de Jair Bolsonaro. Porém, a concretização desse avanço está condicionada a aprovação das reformas econômicas.

Nesta quarta-feira (12), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgou a projeção de crescimento da economia brasileira em 2,7%, puxada pelo PIB industrial, que deve ter incremento de 3%. “Há uma expectativa de que tenhamos um ano de crescimento mais forte e a indústria tenha papel importante. Mas ainda falta uma confiança maior de que as reformas vão ocorrer, o que condiciona todo o resto”, avalia o professor de economia da Fundação Getulio Vargas (FGV), Mauro Rochlin.

O professor de economia do Ibmecc-SP, Walter Franco, acredita que a projeção é factível, devido à capacidade ociosa da indústria. “Há espaço para crescimento. Mas a importância das reformas não pode ser esquecida, tanto a da previdência quanto a fiscal, e da manutenção do teto de gastos.” Para ele, além de concretizar a reforma da previdência e dar início à tributária, o governo Jair Bolsonaro deve focar na recuperação do crédito. “A demanda maior vai dar incentivo ao consumo. Ainda há fraca recuperação de massa salarial e emprego”, destaca.

O relatório da CNI cita como riscos à concretização do cenário de crescimento a não aprovação de reformas ou que elas avancem de maneira limitada. “Se o governo não oferecer a solução para a questão fiscal, os investimentos não vêm. É um fator prorrogador de decisões”, aponta Rochlin. “Sem essas reformas, fica difícil pensar em crescimento.” Também são enumeradas ameaças externas, como o acirramento das tensões comerciais, novas elevações de juros nos EUA e queda adicional do ritmo de crescimento do produto global. “São pontos importantes, mas recuperáveis”, acredita Franco, avaliando que as questões internas são mais urgentes.

O coordenador de economia e finanças do Ibmecc-RJ, Ricardo Macedo, entende que a questão é saber se o novo governo terá agilidade para implementar as reformas. “Depende da Câmara e do Senado. O aspecto burocrático pode prejudicar o andamento das reformas, ou desidratá-las. Mas, para a indústria, qualquer reforma seria melhor do que nenhuma”, avalia.

Franco espera que, com o Congresso renovado, vai haver uma maior compreensão e pragmatismo para aprovar as reformas. “É muito difícil comparar a situação deste ano

com 2019. O empresariado deseja essas reformas e o Congresso espelha muito isso.” Porém, ele ressalta que é preciso celeridade. “É necessário aproveitar o 1º trimestre para pelo menos apresentar as pautas e esclarecer, já em janeiro, qual será a agenda de privatizações.”

Em coletiva de imprensa, o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, declarou que a reforma da previdência deveria ser a primeira proposta a ser apresentada. “Sabemos que o Congresso começa a funcionar em fevereiro, após as eleições dos presidentes da Câmara e do Senado. Tenho expectativa que o governo vai conseguir fazer a reforma da previdência, que é a mais importante. Senão, terá que sinalizar de que outra forma o déficit será reduzido.”

Para Rochlin, caso o crescimento econômico se concretize, o segmento da indústria que mais se beneficiaria seria o de bens de consumo duráveis. “Na crise, é o segmento que mais sofre e, na retomada, é o que se recupera por último. Se a melhora se concretizar, o consumo de setores como automobilístico podem ser positivamente impactados.”

Ano frustrante

Na avaliação da CNI, o adiamento das reformas foi um dos fatores que prejudicou o desempenho da economia e da indústria em 2018. O crescimento ficou aquém do estimado no fim de 2017 e o PIB do País deve fechar o ano com crescimento de 1,3%, abaixo dos 2,6% previstos inicialmente. O PIB da indústria, inicialmente projetado em 3%, também deve crescer apenas 1,3%.

Para Macedo, a agenda reformista do governo Michel Temer fez com que se criasse expectativas positivas, que acabaram não concretizadas. “O governo foi se esvaziando e a indústria sofreu uma queda, que acabou impedindo que a economia alavancasse.” Rochlin destaca que, desde 2017, o atual presidente acabou perdendo boa parte de seu capital político.

“Desde o episódio com a JBS, o País vem em suspense, à espera de reformas que não vem, com sua legitimidade questionada”, diz, em referência à conversa gravada entre o dono da JBS, Joesley Batista, e o presidente Michel Temer, em maio de 2017.

No início de governo, Bolsonaro terá que negociar cinco acordos comerciais

13/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 12-12-2018)

O presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) receberá, em seu primeiro ano de mandato, cinco negociações de acordos de livre comércio em andamento. Duas delas, com Coreia do Sul e Singapura, serão praticamente iniciadas em seu governo. As outras três, em estágio mais avançado, são com Canadá, Efta (bloco de Noruega, Suíça, Islândia e Liechtenstein) e União Europeia —que tem uma rodada em andamento nesta semana.

Não há clareza sobre como a dissolução do Ministério da Indústria e uma possível guinada no de Relações Exteriores poderão afetar as tratativas, segundo um servidor envolvido nas negociações.

A dúvida é se o Itamaraty seguirá com a liderança das equipes que participam das rodadas e qual seria o efeito de uma possível alteração.

“Precisamos abrir o mercado, mas enquanto não resolvermos o que queremos ser no Mercosul, vamos continuar com obstáculos”, afirma José Augusto de Castro, presidente AEB (associação de comércio exterior).

Ainda assim, a expectativa dos negociadores é que pelo menos um acordo, o do Canadá, seja encerrado no primeiro ano de Bolsonaro no Planalto.

A maior abertura do mercado canadense pode ampliar a exportação de 336 produtos, segundo a CNI (Confederação Nacional da Indústria).

“Em algumas pautas, como carne, a tarifa média por lá hoje é de 70%. É a 10ª maior economia do mundo e o 10º maior importador”, diz Fabrizio Panzini, gerente de negociações internacionais da entidade.

Cresce demanda por empregado temporário, diz consultoria

Mais de um ano após o início da vigência da reforma da legislação trabalhista, empresas intensificaram a busca por mão de obra temporária, segundo Ricardo Basaglia, diretor geral do PageGroup Brasil.

“Os contratos de prazo determinado, agora, podem ser estendidos por até nove meses, o que alterou a demanda dos empregadores.”

Os sinais ambivalentes da economia fazem as empresas terem receio de chamar empregados de forma definitiva, e há profissionais qualificados que aceitam o cargo por prazo determinado, diz ele.

O grupo atua em países, como a França e a Holanda, onde a busca por temporários é tradicionalmente mais alta — os números do Brasil começam a se aproximar dos demais.

O PageGroup listou as funções que têm mais demanda de contratantes: engenheiro de dados, desenvolvedores de mobile e responsáveis pela lógica de navegação de sites (cargo conhecido como desenvolvedor de back-end).

“Esses profissionais já eram buscados nos últimos anos, mas a complexidade de habilidades e as técnicas exigidas aumentaram.”

Artigo: "Brasil, aberto para negócios"

13/12/2018 – Fonte: Gazeta do Povo (publicado em 12-12-2018)

Pela primeira vez em décadas encaramos Brasil e EUA com discernimento sobre o potencial do livre comércio entre os dois países. Não é segredo a aproximação ideológica e política entre o presidente eleito do Brasil, Jair Bolsonaro, e o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. No fim de novembro, os acenos norte-americanos saíram da informalidade virtual e vieram para o plano físico. Em visita à casa de Bolsonaro, no Rio de Janeiro, um dos principais conselheiros de Trump, o assessor nacional de Segurança, John Bolton, permaneceu mais de uma hora em uma reunião a portas fechadas.

Antes mesmo do encontro, Bolton alegou que o Brasil viverá uma nova fase, considerada uma “oportunidade histórica” de aproximação entre os dois países. Estamos presenciando um dos momentos mais auspiciosos para a relação entre Brasil e Estados Unidos, em especial na área da economia. Pela primeira vez em décadas encaramos dois países com discernimento sobre o potencial do livre comércio, se houver o devido alinhamento entre os dois governos.

A relação comercial com os EUA já chegou a representar 26% do comércio entre os dois países, ao fim do governo de Fernando Henrique Cardoso. Atualmente o número está muito menos interessante, representando menos de 10%. Isso foi fruto de um trabalho muito bem feito, embora destrutivo, por parte dos gestores do Brasil ao longo desses últimos 16 anos, procurando tirar a capacidade exportadora de produtos de valor agregado do Brasil.

O conjunto de medidas dos últimos anos fez com que este comércio, que era muito rico, principalmente por ser então representado em mais de 70% por produtos

semielaborados e industrializados, caísse, em sua grande maioria, no presente momento ao comércio de commodities. De um lado, temos um Brasil que priorizará relações de comércio, tirando do primeiro plano as relações ideológicas hipervalorizadas no governo anterior. E, com esta visão macroeconômica e política, seguramente vamos ter, assim, um novo fluxo não apenas de abertura comercial, mas principalmente de investimentos.

Por outro lado, encontramos os Estados Unidos ávidos em fazer bons investimentos. É o momento de enxergarmos que o Brasil tem uma mão de obra extremamente capacitada, um parque industrial que é referência e pode desenvolver ou complementar produtos originários da América.

Temos ainda, os Estados Unidos que, ao longo de muitos anos, sempre viram no Brasil um grande parceiro, e tiveram por anos cerceada essa abertura de negócios, mas que já buscam fazer investimentos por aqui, já que estamos no fim de uma crise enorme, em uma situação extremamente favorável para novos investimentos.

A expectativa é de que iniciemos um novo ciclo de desenvolvimento no qual, finalmente, o Brasil pode colocar melhores produtos, com maior valor agregado e de maneira que nossa mão de obra, os nossos colaboradores das indústrias gerem um produto de maior valor agregado e possam receber mais por isso.

O Brasil está necessitado deste parceiro para globalizar as suas empresas, internacionalizar os seus negócios. Para aqueles que estão buscando desenvolver negócios, estudando as possibilidades de receber ou realizar investimentos, os Estados Unidos, nesta nova fase do Brasil que começa em 1.º de janeiro, será um parceiro desejoso da possibilidade de fazer negócios ao sul.

Entre os fatores a serem considerados podemos destacar o princípio de que, atualmente, não há país melhor para estabelecer base internacional do que os próprios Estados Unidos, seja em função de sua nova regra tributária, em função do mercado interno de mais de US\$ 20 trilhões, ou em função de um povo que gasta 72% do seu PIB apenas em produtos de consumo.

Por fim, o Brasil tem muito a ganhar, bem como outros países que fizeram acordos bilaterais com os EUA em termos comerciais – como foi o caso do Chile, que está sendo extremamente beneficiado por esta nova formatação. Visualizem as possibilidades de negócio entre os dois países, pois este será o futuro.

Carlo Barbieri, formado em Economia e Direito, é presidente do Grupo Oxford, membro fundador e primeiro presidente do Brazilian Business Group, membro fundador e presidente do Brazil Club e membro do conselho da Deerfield Chamber of Commerce."

Senado aprova regras mais simples para a dissolução de empresas LTDAs

13/12/2018 – Fonte: Senado Notícias (publicado em 12-12-2018)

Regras mais simples para a dissolução de empresas de sociedade limitada. É o que estabelece o Projeto de Lei da Câmara ([PLC 31/2018](#)) aprovado no Senado e que seguiu para a sanção presidencial.

O relator, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), disse que a proposta leva às LTDAs o que já está nas S.As.

A reportagem é de Bruno Lourenço, da [Rádio Senado](#).

Novo Código Comercial define empresário formal, individual e informal

13/12/2018 – Fonte: Senado Notícias (publicado em 11-12-2018)



O senador Pedro Chaves (PRB-MS), relator do novo Código Comercial, ao lado do senador Dário Berger (MDB-SC), presidente da comissão especial que tratou do tema. Proposta segue para o Plenário

- [PLS 487/2013](#)

O novo Código Comercial classifica como empresa a atividade econômica organizada para produção de bens e serviços e define como empresário formal aquele inscrito no Registro Público de Empresas — as antigas juntas comerciais.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) [487/2013](#) admite ainda a existência do empresário individual, que poderá se inscrever no Registro Público por meio eletrônico. Ele deve exercer a atividade em regime fiduciário: no caso de falência, o patrimônio pessoal não pode ser usado para pagar dívidas da atividade empresarial.

Caso não faça a inscrição no Registro Público, o empreendedor passa a ser considerado empresário individual informal. O texto original determinava a criação de um cadastro nacional de nomes empresariais. Mas o relator da matéria na comissão temporária, senador Pedro Chaves (PRB-MS), retirou esse dispositivo do relatório aprovado. O novo Código Comercial tem 987 artigos.

Veja os principais pontos do texto:

Concorrência desleal

O PLS 487/2013 pune a concorrência desleal. O novo Código Comercial define essa prática como o uso de “meios ilegais, fraudulentos ou repudiados” pelo mercado. São exemplos a divulgação de informação falsa contra concorrente; o aliciamento de empregado de concorrente para obter informação reservada, confidencial, sigilosa ou estratégica; ou a utilização indevida dessa informação. O projeto determina o pagamento de indenização, além de sanções penais e administrativas.

O texto também condena a concorrência parasitária. Ela é definida como o aproveitamento, sem autorização, de marca ou nome empresarial alheios. Ocorre parasitismo quando um empresário tenta equiparar a qualidade de seu produto ou serviço ao de um concorrente, sem comprovação objetiva.

Comércio eletrônico

O texto define o comércio eletrônico como aquele em que as partes se comunicam e contratam por meio da transmissão de dados. A prática abrange não apenas o comércio de mercadorias, mas também a compra e a venda de insumos e serviços, incluindo os bancários. As regras só valem para o caso em que todas as partes envolvidas sejam empresários.

De acordo com a proposta, plataformas eletrônicas podem ser utilizadas para “aproximar” as partes. O mantenedor do site não responde por atos praticados por vendedores e compradores. Mas fica obrigado a retirar do ar em 24 horas ofertas que

lesem direito de propriedade intelectual alheio. Além disso, deve manter uma ferramenta para avaliação dos vendedores e cumprir as regras de privacidade.

Tipos de sociedade

O projeto também define os tipos de sociedade possíveis no Brasil: limitada; anônima; em nome coletivo; e em conta de participação. Desaparece o conceito de sociedade empresária, previsto no Código Comercial em vigor.

A sociedade limitada é constituída por um ou mais sócios, que podem ser pessoas físicas ou jurídicas. A responsabilidade pessoal de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social. Se for constituída por um único sócio, ela passa a se chamar sociedade limitada unipessoal.

Na sociedade anônima, o capital social se divide em ações. Na sociedade em nome coletivo, há responsabilidade solidária e ilimitada de todos os sócios pelas dívidas e obrigações da pessoa jurídica. Já a sociedade em conta de participação é formada apenas pelo sócio participante e pelo sócio ostensivo, que pratica os atos sociais.

O PLS 487/2013 permite que pessoas casadas sejam sócias entre si. O texto também estabelece limites para a execução de quota social por parte dos credores de um dos sócios. Ainda de acordo com a matéria, a pessoa física ou jurídica residente no exterior só pode participar de sociedade no Brasil se mantiver representante permanente no país.

Registro contábil

O novo Código Comercial não obriga o registro contábil do empresário e das sociedades em meio físico. Ele pode se dar em meio eletrônico, desde que os responsáveis tenham assinaturas eletrônicas certificadas. O projeto não estabelece um formato obrigatório para a escrituração. Mas exige que os métodos e critérios contábeis sejam uniformes no tempo e obedeçam às regras do Conselho Federal de Contabilidade. O PLS 487/2013 impõe ainda o sigilo da escrituração.

As demonstrações financeiras periódicas são obrigatórias. Mas o microempreendedor individual, o microempresário, o empresário de pequeno porte e a sociedade anônima ficam dispensados dos balanços patrimonial e de demonstração de resultado, uma vez que estão sujeitos a legislação específica. A sociedade de grande porte deve arquivar suas demonstrações contábeis no Registro Público de Empresas ou publicá-las em meio de grande circulação ou na internet.

Processo empresarial e falência

O texto também regula o processo empresarial, que deve respeitar os princípios de autonomia das partes; presunção de igualdade real; e intervenção mínima. De acordo com a matéria, as partes podem inclusive optar por não se sujeitar às normas processuais estabelecidas no novo Código e definir regras particulares para a solução de controvérsias.

No caso de recuperação e falência, o processo deve esclarecer se a crise empresarial ocorreu por risco normal do mercado ou se o sócio ou o administrador contribuiu para o problema.

O projeto permite que o devedor indique ao juiz o nome de preferência para o cargo de administrador judicial e autoriza que empregados de empresa em recuperação sejam pagos em prazo superior a um ano, se o sindicato da categoria autorizar.

Operações societárias

O texto trata das chamadas operações societárias: transformação; incorporação; fusão; e cisão de empresas. A transformação é a mudança de um tipo societário para outro, sem que ocorra dissolução da sociedade. Ela depende da concordância dos

sócios. A incorporação é a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que fica responsável por todos os direitos e todas as obrigações.

Na fusão, duas ou mais sociedades se unem para formar uma nova, também responsável por direitos e obrigações. A cisão é a operação pela qual uma sociedade transfere parcelas do patrimônio para uma ou mais sociedades.

A matéria também define regras para o tratamento das dívidas de empresas vendidas para terceiros. A responsabilidade por esses débitos pode ser limitada, caso o novo dono não adquira todos os estabelecimentos do antigo proprietário. Se não ficar claro a qual estabelecimento cada dívida se refere, o contrato de aquisição deve indicar por quais débitos o comprador deve responder.

Contratos empresariais

O novo Código regulamenta ainda as obrigações dos empresários. No caso de inadimplemento, eles ficam sujeitos ao pagamento de juros, correção monetária, indenização por perdas e danos e honorários advocatícios. O projeto permite que os próprios empresários pactuem livremente os percentuais de juros.

No caso da responsabilidade civil, o empresário responde pelos danos que causar por ato ilícito e, em alguns casos, mesmo que não haja culpa. Mas, de acordo com o PLS 487/2013, não cabe o pagamento de indenização por danos morais caso haja "o simples inadimplemento" de obrigação empresarial ou o protesto de título.

Comércio marítimo

Um dos temas mais explorados pelo novo Código é o direito marítimo. São mais de 200 artigos dedicados ao tema. A matéria define, por exemplo, os princípios aplicáveis à atividade. Um deles é o do risco marítimo: como os perigos associados à navegação são reconhecidos, os empresários podem pactuar que cada parte arque com as próprias perdas, independentemente de quem seja o causador do dano.

Outro princípio é o da limitação de responsabilidade. Ele reconhece a necessidade de incentivo à navegação comercial e sugere o "abrandamento do dever de reparação" do empresário no âmbito da responsabilidade civil. O projeto também adota o princípio da informalidade para o comércio marítimo. Nesse caso, as relações jurídicas entre as partes são consideradas válidas por qualquer meio de ajuste.

CNI mantém previsão de alta de 1,3% para PIB de 2018

13/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 12-12-2018)

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) espera que o PIB brasileiro encerre o ano de 2018 com alta de 1,3%, mesmo patamar divulgado em outubro. No início do ano, a previsão era de crescimento de 2,6%. "O adiamento das reformas foi um dos fatores que prejudicou o desempenho da economia e da indústria neste ano", afirmou a entidade, que divulgou nesta quarta-feira, 12, edição especial de seu Informe Conjuntural.

A previsão para o PIB da indústria também é de alta de 1,3%, abaixo dos 3% estimados no início do ano e no mesmo percentual da última estimativa. A previsão é que o investimento aumente 5,1% em 2018 e o consumo das famílias aumente 2,1%.

A previsão é que a taxa de desemprego fique em 12,2% e a inflação 3,8%, abaixo do patamar previsto em outubro, de 4,4%. Para o resultado primário, a previsão é de déficit de 1,76%, enquanto, para a dívida pública bruta, a expectativa é que encerre o ano em 77,1%.

A CNI prevê ainda que o saldo da balança comercial fique em US\$ 53 bilhões neste ano, patamar próximo ao já alcançado. Para a conta corrente, a previsão é de déficit de US\$ 15 bilhões.

Previdência

O presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, disse ter expectativa "muito forte" de que o governo do presidente eleito, Jair Bolsonaro, consiga aprovar a reforma da Previdência. "Todos sabem que a principal reforma que precisamos fazer é a reforma da Previdência", afirmou. "Todos sabem que essa é uma reforma importantíssima para o País avançar e que deveria ser a primeira reforma."

Andrade destacou que a aprovação da reforma da Previdência será uma sinalização importante para o mercado, para os investidores e também para o mercado de trabalho. "É a reforma que dará a sustentação para a economia brasileira no futuro", afirmou.

O presidente da CNI ponderou, porém, que o governo terá de buscar outras formas de reduzir seus gastos, por meio de uma reforma administrativa que diminua gastos obrigatórios, como os de pessoal.

Flavio Bolsonaro

Sobre o episódio envolvendo as movimentações financeiras atípicas do ex-motorista do senador eleito Flavio Bolsonaro (PSL-RJ), filho do presidente eleito, Andrade disse esperar que isso não atrapalhe o andamento das reformas.

"Temos tido informações sobre isso pela imprensa e não temos posição. Mas espero que não haja perturbação do ambiente político para reformas", disse.

Isenções e incentivos

Andrade reconheceu que o País concede muitas isenções e incentivos fiscais, e que a redução desse gasto deve ser um dos alvos do governo Bolsonaro. Ele cobrou, porém, a manutenção de políticas diferenciadas para que indústrias possam se instalar fora dos grandes centros de consumo, como os das regiões Sudeste e Sul.

Na terça-feira, os deputados aprovaram projeto de lei que prorroga incentivos fiscais para empresas instaladas nas áreas de atuação das superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), do Nordeste (Sudene) e do Centro-Oeste (Sudeco).

"Ontem tivemos a aprovação do projeto de lei da Sudene e Sudam. O Brasil é um país grande, com muitas diferenças e diversidades", disse. "Precisamos de uma política de desenvolvimento diferenciada. Se tivermos uma política igual em todos os Estados, provavelmente os investimentos ficarão concentrados do Sul e Sudeste."

Andrade disse que o agronegócio conta com uma política de financiamento de juros baixíssimos e seguro contra intempéries, além de pagar, proporcionalmente à indústria, poucos impostos e previdência.

"Quem tem mais incentivo fiscal e isenções? Temos isenções de todas as ordens e setores, na agricultura, indústria e serviços. Claro que os R\$ 300 bilhões são um valor elevado e merecem análise crítica", disse.

Reforma tributária

O presidente da CNI também defendeu que o novo governo do presidente eleito Jair Bolsonaro faça inicialmente uma reforma tributária para simplificar o pagamento de impostos, seguida pela criação de um imposto sobre valor agregado (IVA). "A reforma tributária não pode ser feita para entrar em vigor amanhã. Tem que ter prazo. Quem tem que pagar imposto é que consome, não quem produz", afirmou.

Depois que a CNI saiu perdedora no pleito de manter um ministério para o setor, Andrade disse que tem tido conversas "bastante fluida" com a equipe do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, e secretários e que a decisão de colocar a indústria dentro do novo ministério pode fortalecer a área.

"Queremos desenvolver a indústria e crescer em qualquer governo. Vamos trabalhar juntos, espero que as coisas sigam na direção do crescimento", afirmou Andrade.

Agências reguladoras

O diretor de Políticas e Estratégia da CNI disse que o fortalecimento das agências reguladoras e o fim da influência política na escolha de diretores são fundamentais para atrair o capital privado para novos projetos de infraestrutura.

"O setor privado precisa de agências reguladoras profissionais, com menos influência política, para gerar segurança para assinatura de contratos de 30 ou 40 anos, que sofrem revisões e mudanças ao longo desse período", comentou.

Ele cobrou ainda que o novo governo enfrente a questão do custo da energia, que é um dos maiores obstáculos à competitividade da indústria, na avaliação da CNI. "Um dos temas mais complexos e de maior impacto é o custo da energia, que tem uma série de passivos. O governo terá que construir novas regras", afirmou.

Fernandes disse ainda que a questão do mercado de gás natural deve ser enfrentada. "Houve um impasse no projeto de lei por causa das distribuidoras de gás", comentou. Ele também cobrou mais concorrência no mercado de combustíveis.

Lei trabalhista tem que se aproximar da informalidade, diz Bolsonaro

13/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 12-12-2018)

Presidente eleito falou durante reunião com deputados do DEM; assista

Em reunião fechada com deputados do DEM, o presidente eleito, Jair Bolsonaro, defendeu mudanças nas leis trabalhistas para que elas se aproximem da "informalidade".

"No que for possível, sei que está engessado o artigo sétimo [da Constituição], mas tem que se aproximar da informalidade", disse o presidente eleito em reunião com deputados do DEM nesta quarta-feira (12), em Brasília.

Bolsonaro voltou a dizer que é muito difícil ser empresário. "Ser patrão no Brasil é um tormento", afirmou.

As declarações do presidente constam em vídeo publicado no Facebook do deputado federal Francisco Floriano (DEM-RJ), que transmitiu parte do encontro ao vivo. Bolsonaro disse ainda que, se tiver clima, vai "resolver o problema" do Ministério Público do Trabalho.

"O Ministério Público do Trabalho, por favor, se tiver clima, a gente resolve esse problema. Não dá mais para continuar quem produz sendo vítima de uma minoria, mas uma minoria atuante", disse.

O presidente eleito criticou o órgão por não ter hierarquia, comparando com a estrutura militar: "cada um faz o que bem entende".

Eleito com discurso de liberal na economia, sob a tutela de Paulo Guedes, que será ministro da Economia, Bolsonaro promete fazer reformas estruturantes a partir de 2019, entre elas, uma nova revisão da lei trabalhista.

Em seus discursos, ele tem dito de forma genérica que pretende fazer novas flexibilizações porque o empresário é desestimulado no Brasil devido ao 'excesso' de direitos dos trabalhadores.

Em suas declarações sobre o tema, diz que seu governo pretende rever os pontos que não interferirem no artigo 7º da Constituição, que trata de direitos como a previsão do pagamento de 13º salário, férias, salário mínimo, entre outros pontos.

Bolsonaro faz a ressalva após polêmica durante a campanha presidencial envolvendo o 13º salário.

Em encontro com empresários, seu vice, o general Hamilton Mourão, criticou o 13º salário, afirmando que se tratava de uma "jabuticaba".

Para desfazer o mal-estar, Bolsonaro negou que isso pudesse ser feito e, ainda durante a corrida eleitoral, prometeu criar o 13º salário para os beneficiários do programa Bolsa Família.

Ainda no vídeo, Bolsonaro cita o empresário Luciano Hang, dono da varejista Havan, um de seus principais apoiadores.

Hang é alvo de um pedido da Procuradoria do Trabalho de Santa Catarina, que solicitou a aplicação de uma multa de R\$ 100 milhões a ele por ter tentado influenciar os votos de seus funcionários.

"Luciano Hang da Havan, de Santa Catarina, está com uma multa de 100 milhões de reais porque ele teria aliciado, obrigado os funcionários a votar em mim", diz, em tom crítico.

O presidente eleito diz que, com as críticas ao MP do Trabalho, não quer o fim da fiscalização.

"Nós queremos que tenha fiscalização, sim, mas nós queremos que chegue no órgão fiscalizado e a pessoa seja atendida como amiga", disse.

Embora Bolsonaro fale em rever as leis trabalhistas, até agora sua equipe econômica não definiu que modificações fará na legislação atual.

Ele excluiu o status de ministério da pasta do Trabalho e dividiu suas atribuições entre Economia, Cidadania e Justiça.

O governo de Michel Temer conseguiu aprovar no Congresso projetos que representam bandeiras históricas do empresariado e que mexeram na legislação trabalhista, em especial a reforma trabalhista e a liberação da terceirização mesmo da atividade principal das empresas.

A reforma trabalhista alterou mais de 100 pontos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), o conjunto de normas que rege as relações de trabalho e que foi editado em 1943, durante o Estado Novo de Getúlio Vargas. Entre as mudanças, a de que acordos coletivos podem prevalecer sobre a legislação em vários casos, a instituição do trabalho intermitente e a limitação do acesso gratuito do trabalhador à Justiça do Trabalho.

Bolsonaro também comentou medidas relativas a terras indígenas e quilombolas. "Não demarcarei um centímetro a mais de terra indígena. Ponto final", disse, sob aplausos. "Não tem mais terra para quilombola também, acabou. Não vou entrar em detalhes, mas isso tem a ver com segurança jurídica no campo", afirmou o eleito.

Falando sobre a vida do produtor rural, Bolsonaro disse que "você quer derrubar uma árvore, quer fazer uma coisa legal, é quase impossível, depende de licenças ambientais. Esse problema a gente vai deixar de lado".

No encontro com o DEM, ele repetiu o que havia falado na semana anterior a outras bancadas, com quem se reuniu, como MDB, PRB, PR e PSDB.

Bolsonaro voltou a pedir apoio argumentando que, se seu governo der errado, o PT volta ao poder.

"A gente enfrenta esses caras desde 1922, esse tipo de filosofia. Eles hibernam, esperam o momento adequado para voltar das cinzas muitas vezes, onde estão agora", discursou.

"Não é que eu quero eliminar o PT. Quero botar o PT no seu devido lugar pelo voto."

Especialistas veem com receio fala de Bolsonaro sobre informalidade

13/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Presidente eleito afirmou que as leis trabalhistas "têm de se aproximar da informalidade"

Especialistas em direito do trabalho interpretaram com receio a declaração de Jair Bolsonaro (PSL) sobre informalidade.

Em reunião com deputados nesta quarta-feira (13), o presidente eleito afirmou que as leis trabalhistas "têm de se aproximar da informalidade".

Otávio Pinto e Silva, professor de direito do trabalho da USP (Universidade de São Paulo), afirmou que é cabível ter diversificação entre diferentes contratantes no Brasil, desde que isso não altere parâmetros que garantam um "patamar civilizatório mínimo".

Ele disse que devem ser mantidos as jornadas de oito horas por dia e, assim como o presidente eleito, os direitos da Constituição.

"Garantir tratamento legal diferente entre grandes empresas e microempreendedores é uma opção viável. Não é adequado que a flexibilização venha a partir da supressão de direitos", disse.

Para ele, o problema do Brasil não está no direito trabalhista, mas na tributação, com os altos encargos inerentes a um contrato formal.

"A lei 13.467 [da reforma trabalhista] se mostrava uma solução para a informalidade, mas verificamos o oposto 12 meses depois. De 2017 a 2018, houve a criação de 1 milhão de novos postos informais, chegando a mais de 39 milhões. Não me parece um bom caminho", disse Guilherme Feliciano, presidente da Anamatra (associação dos juizes trabalhistas).

A informalidade atingiu 43% dos trabalhadores brasileiros no fim de setembro, o maior patamar trimestral registrado pela Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua desde que o levantamento começou a separar trabalhadores por contra própria com e sem CNPJ, no fim de 2015.

De acordo com os dados da pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), entre junho e setembro, o país registrou 92,6 milhões de pessoas ocupadas. Dessas, 39,7 milhões não tinham carteira assinada.

Insegurança trava mais investimento do que macroeconomia, diz presidente do BNDES

13/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 12-12-2018)

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Dyogo Oliveira, disse nesta quarta-feira, 12, que a insegurança jurídica é atualmente um dos principais temas para o desenvolvimento dos investimentos no País. Segundo ele, essa insegurança supera qualquer problema de falta de recursos ou macroeconômico e coloca muitos gestores públicos na posição de preferir ver um projeto “micar” do que assumir o risco de tomar uma decisão.

Para Dyogo, o receio dos gestores públicos de tomar decisões vem “de um estado de controle excessivamente ampliado”. “Isso tudo precisa voltar a um nível de equilíbrio. É preciso que haja muito diálogo com os órgãos de controle, mas que não gere paralisia do gestor público”, disse, após participar do seminário Diálogos para o Amanhã, realizado pelo banco em parceria com o Cebri.

O presidente do BNDES afirmou que a insegurança compromete a sustentabilidade de projetos e gera problemas para o BNDES, que atua como financiador.

“Colhemos os resultados dessa demora porque muitos projetos acabam se inviabilizando e entrando em processo de recuperação judicial pela falta de decisões”, disse ele, citando o caso de empresas que pedem reequilíbrio econômico, mas demoram a obter resposta dos reguladores. “É preciso aumentar a velocidade de decisão. Em muitos casos, não é questão de definir nem A nem B. É questão de definir para o gestor saber o que pode fazer”, completou.

Brasil teve crise de 1º mundo, mas reagiu como subdesenvolvido, diz Krugman

13/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 12-12-2018)

Economista americano diz que governo errou ao aumentar a taxa de juros e cortar gastos

O Brasil teve uma crise econômica de primeiro mundo, mas reagiu a ela como um país subdesenvolvido, o que não foi acertado, disse nesta quarta-feira (12), Paul Krugman, um dos economistas mais influentes do mundo, professor de Princeton e Nobel de Economia.

Em evento organizado pelo Experience Club, empresa de eventos corporativos, em São Paulo, Krugman criticou duramente a forma como o país reagiu à recessão que se iniciou em 2014.

Segundo Krugman, o Brasil enfrentou deteriorações importantes no ambiente externo, como a forte queda dos preços das commodities e deterioração dos termos de troca —grandes choques que estavam fora do controle do país.



O economista Paul Krugman - Zanone Fraissat - 24.out.15/Folhapress

Países como Canadá e Austrália passaram por problemas semelhantes, lembrou ele, mas se saíram melhor porque lidaram com os entraves de forma diferente.

Para ele, o problema clássico dos mercados emergentes é o endividamento em moeda estrangeira, algo que causou da crise argentina de 2001 à crise asiática ou mexicana na metade dos anos 1990. "Mas esse não foi o problema aqui."

O Brasil, disse o economista, teve uma "crise de primeiro mundo", com forte alta do consumo e posterior endividamento das famílias. Mas, no lugar de deixar a moeda depreciar, como outros países fariam, o Banco Central brasileiro optou por aumentar a taxa de juros fortemente com medo da inflação.

"As pessoas achavam que estavam nos anos 1990 por aqui, não estavam", disse. Além do forte aperto monetário, afirmou Krugman, o país começou a cortar gastos, o que deve ser feito em períodos de boom, não de queda da economia, disse ele, ao ressaltar que não ignora que o país enfrenta um forte problema fiscal.

Para Krugman, as políticas monetária e fiscal foram uma "má ideia" e resultaram em desemprego elevado. O Brasil, disse ele, tem um quadro de desequilíbrio fiscal que deve ser enfrentado no longo prazo.

Com relação à guerra comercial global, o economista disse que o Brasil pode se beneficiar dela, ao exportar mais commodities, em especial a soja, para o mercado chinês.

Segundo Krugman, há uma preocupação real com o cenário de guerra comercial, pois o presidente dos EUA, Donald Trump, "é um homem que pode fazer as coisas acontecerem", mas afirmou que seu palpite é que o imbróglio não vai acabar mal.

"Não acredito que a guerra comercial será o gatilho para a próxima crise", disse. Ele ressaltou que a próxima crise pode ser uma combinação de algumas coisas, como alavancagem das empresas, altos riscos tomados por parte do sistema financeiro, problemas vindos de emergentes e uma bolha tecnológica - nada na magnitude dos anos passados.

Segundo ele, não há grandes problemas nos fundamentos econômicos na economia global, o que dá espaço para um "otimismo moderado", misturado a certa cautela.

Brasil precisa desenvolver o mercado de ações, diz presidente do BNDES

13/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 12-12-2018)

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Dyogo Oliveira, disse nesta quarta-feira, 12, que o Brasil precisa desenvolver o mercado de ações, levando mais empresas para a Bolsa de Valores. Segundo ele, há oferta de recursos no mercado e os bancos de desenvolvimento, inclusive os multilaterais, perderam a prerrogativa de ser a única fonte de recurso de juro barato em um mercado de juro caro.

"Precisamos desenvolver não só o mercado de dívida, mas também o de equity", disse ele, frisando que haverá mais espaço para o mercado de capitais e que o número de empresas listadas hoje ainda é limitado.

Para Oliveira, nesses cenários, o BNDES irá atuar na estruturação de projetos de infraestrutura. Ele destacou ainda o apoio a empresas escaláveis, ou seja, que têm bom potencial de crescimento e o papel no suporte a inovações.

"Esse cenário muda o papel dos bancos de investimento. Como o diferencial de juros é muito pequeno, o papel passa a ser o de articular as partes, de atuar mais firmemente na estruturação de projetos de infraestrutura", disse ele, citando um setor que sempre buscou no banco os recursos para seus projetos.

'Também é um tormento ser empregado', diz procurador-geral do Trabalho

13/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 12-12-2018)

Ronaldo Fleury respondeu à fala de Jair Bolsonaro sobre lei trabalhista

O procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Fleury, afirmou que também é um tormento ser empregado no Brasil, após o presidente eleito, Jair Bolsonaro, ter voltado a dizer que é muito difícil ser empresário.

"De certa maneira, pode até ser [um tormento ser empresário], mas também é um tormento ser empregado", afirmou à **Folha**.

Bolsonaro defendeu nesta quarta-feira (12) mudanças nas leis trabalhistas para que elas se aproximem da "informalidade" e disse que ser patrão no Brasil é um tormento. Para o chefe do MPT (Ministério Público do Trabalho), o descumprimento das leis trabalhistas e as dificuldades de fiscalização do trabalho devido à falta de pessoal dificultam a vida dos trabalhadores brasileiros.



Ronaldo Fleury, procurador-geral do Trabalho - Pedro Ladeira - 7.nov.17/Folhapress

"A quantidade de descumprimento da legislação trabalhista é muito grande. São desrespeitados direitos básicos, como aviso prévio, remuneração digna e há situações extremas, como de trabalho escravo."

Fleury concorda que há dificuldades do lado dos empregadores também, principalmente relacionados à burocracia. Ele evitou comentar uma eventual proposta do futuro governo que aprofunde a flexibilização dos direitos trabalhistas.

"Não quero trabalhar em cima de especulação. Nós preferimos esperar a oficialização disso para atuar da mesma forma que fizemos na reforma trabalhista, no sentido de auxiliar o Poder Legislativo com subsídios técnicos para que possa tomar a melhor decisão."

Fleury disse que o órgão tem interesse em ampliar o diálogo e que as empresas devem ser vistas como parceiras. Como exemplo, mencionou que o MPT assinou nesta quarta um acordo de cooperação com o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social para incentivar a adoção de práticas de diversidade e inclusão pelas empresas.

"Quando a gente busca com que uma empresa siga a lei trabalhista, a gente garante a elas uma igualdade de tratamento, evitando, por exemplo, que uma empresa consiga reduzir muito seu custo de produção em detrimento de outras. A não atuação do MPT permitiria, por exemplo, o trabalho escravo", disse.

Além da questão social, um resultado ruim para as próprias empresas seria o risco para as exportações, segundo Fleury.

"Os Estados Unidos, por exemplo, têm lista suja de países que têm trabalho escravo e infantil. Se a gente não tiver atuação, com programa de combate ao trabalho infantil e escravo, fatalmente estaremos nessas listas e vamos perder exportação."

Indicação de fora para a PGFN compromete combate à sonegação, diz sindicato

13/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 12-12-2018)

Diante da possibilidade de o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, indicar o atual diretor jurídico do BNDES, Marcelo de Siqueira, para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), o Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz) reafirmou nesta quarta-feira, 12, que a entidade é “firmemente contra indicações alheias aos quadros técnicos da carreira”.

O sindicato avisou ainda que, se Guedes insistir em nomear alguém de fora, isso poderá jogar por terra resultados obtidos até hoje no combate à sonegação e à lavagem de dinheiro. Apesar disso, a entidade garantiu que não planeja prejudicar nem boicotar “nenhum governo ou ministério”.

Como mostrou ontem o **Broadcast**, os integrantes da PGFN ameaçam entregar todos os cargos de chefia se Guedes nomear Siqueira para o comando da Procuradoria. Pelo menos 80 procuradores anunciaram que deixarão o cargo caso a indicação seja confirmada. Órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, a PGFN é responsável por atuar na cobrança judicial das dívidas que empresas e pessoas físicas têm com a União e pelo assessoramento jurídico do ministro da Fazenda.

Para o Sinprofaz, a decisão de nomear alguém de fora para chefiar a PGFN “tende a romper com o virtuoso ciclo de resultados verificado no órgão, podendo impactar, inclusive, no combate à sonegação fiscal, aos grandes devedores tributários e à lavagem de dinheiro”.

“Não há de se escolher alguém desconhecedor dos meandros da atuação da Procuradoria da Fazenda Nacional para geri-la, ainda que, eventualmente, detenha essa pessoa considerável respaldo político ou, até mesmo, conhecimento técnico em área totalmente estranha às atribuições fazendárias”, diz a nota do sindicato.

A entidade reafirmou que aguarda a indicação do titular da PGFN “com base em critérios técnicos e levando em consideração o profundo conhecimento da instituição”. Segundo o Sinprofaz, a PGFN é um dos órgãos mais técnicos do Executivo federal, o que justifica a escolha de seu titular entre o corpo técnico.

A entidade “repele indicações políticas para o cargo” e argumenta ainda que essa “metodologia seletiva técnica” adotada nos últimos anos tem dado resultado. Só no ano passado a PGFN obteve para a União R\$ 450 bilhões em ganhos diretos (por meio da cobrança da dívida ativa) e indiretos (via atuação administrativa e judicial).

Equatorial anuncia plano de demissão voluntária para Cepisa, adquirida da Eletrobras

13/12/2018 – Fonte: DCI (publicado em 12-12-2018)

Equatorial não anunciou metas de demissões voluntárias e acrescentou que o movimento “não afetará a qualidade dos serviços prestados”

A Equatorial Energia informou nesta quarta-feira que sua controlada Companhia Energética do Piauí (Cepisa), comprada recentemente junto à estatal Eletrobras, lançou um Programa de Demissão Voluntária, de acordo com comunicado ao mercado. Segundo a Equatorial, poderão aderir ao programa os atuais funcionários da Cepisa que preencham os requisitos estabelecidos no regulamento do PDV.

A Equatorial não anunciou metas de demissões voluntárias e acrescentou que o movimento "não afetará a qualidade dos serviços prestados".

A Cepisa é uma das cinco distribuidoras de energia privatizadas neste ano pela Eletrobras, que enfrentou processos judiciais movidos por sindicatos contra os leilões de venda.

Os representantes dos trabalhadores argumentam, em geral, que os desinvestimentos da Eletrobras poderiam afetar os funcionários das distribuidoras, que estão sendo alvo de venda devido a maus resultados financeiros que levaram ao acúmulo de dívidas bilionárias.

Com esses argumentos, inclusive, uma liminar judicial suspendeu a eficácia do leilão de privatização da distribuidora de eletricidade da Eletrobras no Amazonas, realizado na última segunda-feira, até que o colegiado de um órgão especial da Justiça do Trabalho analise o caso.

Ao adquirir a Cepisa por um preço simbólico, de cerca de 50 mil reais, em julho, a Equatorial assumiu uma dívida líquida de cerca de 2,5 bilhões de reais da distribuidora. A Equatorial também se comprometeu a aportar cerca de 720 milhões na elétrica do Piauí e a reduzir as tarifas em 8,5 por cento após o início de sua gestão na elétrica.

Artigo: "Lei do Desemprego: boa para meia dúzia, ruim para milhões

13/12/2018 – Fonte: Gazeta do Povo (publicado em 12-12-2018)

O avanço tecnológico entoa um sedutor canto de sereia, mas Curitiba não quer ver mais 6 mil trabalhadores desempregados e usuários com serviço de qualidade inferior. O projeto de lei que autoriza a implementação exclusiva da bilhetagem eletrônica em todo o transporte coletivo de Curitiba (PL 005.00149.2018) só voltará a ser discutido no plenário da Câmara Municipal de Curitiba no ano que vem. Ainda assim, segue sendo motivo de preocupação pra nós, que jamais aceitaremos um projeto que ficou conhecido como "Lei do Desemprego".

Ainda que a Prefeitura de Curitiba, o Sindicato das Empresas de Ônibus (Setransp) e a Urbanização de Curitiba Sociedade Anônima – URBS S/A (empresa que, sem licitação, gere o transporte coletivo em Curitiba) insistam em afirmar que estão preocupados com a "modernização do transporte coletivo como forma de benefício aos seus usuários", é difícil levar esses argumentos a sério. O avanço tecnológico entoa um sedutor canto de sereia, mas será mesmo que o Brasil está preparado para arcar com todas as suas consequências, sem sentido absoluto?

Prefeito e patrões garantem que trabalhadores não serão demitidos, que serão "capacitados e realocados em outros postos", mas em todas as outras cidades em que esse projeto vingou, essa mesma promessa nunca foi cumprida. Como agravante, a atual realidade da economia brasileira escancara números recordes de desempregados.

Segundo IBGE, neste terceiro semestre de 2018, há no Brasil 12,5 milhões de desempregados; no Paraná, são 516 mil; e na Região Metropolitana de Curitiba, 195 mil sem emprego. É óbvio afirmar que não existe espaço no mercado para comportar mais seis mil desempregados em Curitiba.

Não existe espaço no mercado para comportar mais seis mil desempregados em Curitiba

A demissão dos cobradores afetaria não só as 24 mil pessoas das famílias desses trabalhadores, mas também os comércios das regiões onde moram e trabalham. Um efeito nocivo em cascata. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística

e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o impacto seria de R\$ 183 milhões anuais para os trabalhadores, em salários; quase R\$ 26 milhões para o INSS e R\$ 4 milhões para o Sistema S, totalizando quase 213 milhões de reais anualmente. Recurso que sai do bolso de seis mil famílias para engordar os lucros de meia dúzia de empresários que comandam o transporte coletivo em Curitiba.

Ainda que um dos argumentos da Prefeitura, das empresas e da URBS S/A é que o desemprego de 6 mil pessoas poderia tornar possível a redução da tarifa de ônibus ou, ao menos, o congelamento dela (uma linha de raciocínio não tão bem esclarecida por eles, já que cada dia dizem algo diferente e chegaram até mesmo a afirmar que o valor da passagem "vai subir"), a experiência de outras cidades também sugere outro caminho.

Quando o projeto de lei foi apresentado, fizemos um levantamento em 43 grandes municípios do Brasil. Em todos aqueles que retiraram o cobrador, o preço da passagem caiu apenas inicialmente, mas depois recuperou e até ultrapassou o patamar anterior. A prática é sempre a mesma: baixam a tarifa para adoçar a opinião pública e, pouco tempo depois, reajustam para preços ainda maiores. Joinville, por exemplo, uma das primeiras cidades a extinguir o cobrador, hoje possui uma das passagens mais caras do país.

Para os usuários do transporte coletivo, basta observar quais são as demandas atribuídas aos cobradores, para reconhecer a sua verdadeira importância para o sistema. Ao contrário do que já foi dito pelo prefeito Rafael Greca, esse trabalhador não é apenas "uma gavetinha de dinheiro", mas é o responsável por manter a ordem em todos os ônibus de Curitiba.

Acompanha o fluxo de entrada e saída dos passageiros, presta auxílio de informações aos usuários e turistas, conduz pessoas que possuem algum tipo de deficiência e zela pela organização dentro do ônibus. Os motoristas também estão contra esse projeto de lei, reconhecendo a importância dessas funções serem atribuídas aos cobradores, para que mantenham sua total atenção no trânsito. Não à toa, também, que usuários de cidades como Varginha-MG e Cuiabá-MT pedem hoje a volta dos cobradores.

Outro argumento falho dos defensores da Lei do Desemprego é do "aumento da segurança". O crime mudou. Hoje, o foco dos marginais são os arrastões. Os bens dos usuários. Muitas vezes um único celular de passageiro vale três vezes mais do que o dinheiro da gaveta. Neste ano, já passamos de 500 arrastões no transporte coletivo. Depois da criação da Lei do Desemprego, a categoria levantou a campanha "Somos Todos Cobradores".

A população, reconhecendo todos os argumentos apresentados aqui, abraçou a causa e passou a valorizar ainda mais esses trabalhadores. Não existe cabimento dizer que retirar o cobrador agilizará o sistema do transporte coletivo. Não existe lógica em acreditar que a passagem será reduzida. Esse projeto de lei é totalmente sem cabimento.

O parlamento municipal também tem se mostrado muito sensível a esta causa. Durante a manifestação dos cobradores em frente à Câmara, em 20 de novembro, 18 vereadores foram ao caminhão de som e se manifestaram contra a Lei do Desemprego.

Mais tarde, outros quatro vereadores assumiram posição favorável aos cobradores. Do total de apoiadores, 13 são da base do prefeito e nove são da oposição, demonstrando ampla rejeição a um projeto que promove demissão em massa. Entre os vereadores contra a Lei do Desemprego estão: Beto Moraes, Bruno Pessuti, Cristiano Santos, Dona Lourdes, Ezequias Barros, Fabiane Rosa, Felipe Braga Côrtes, Goura Nararaj, José Carlos Chicarelli, Katia Dittrich, Marcos Vieira, Maria Leticia Fagundes, Mestre Pop, Noêmia Rocha, Osias Moraes, Professor Euler, Professor Silberto, Professora Josete, Rogério Campos, Tito Zeglin, Toninho da Farmácia e Zezinho Sabará.

Por coincidência ou não, o prefeito Rafael Greca começou a promover uma onda de ataques ao Sindimoc, logo após a vitória da atual diretoria – do presidente Anderson Teixeira – para novo mandato nos próximos quatro anos. O sindicato não se surpreende com a afronta, já que o prefeito viu ruir seu projeto de eleger uma chapa aliada para o comando da entidade.

Entretanto, não hesitaremos em afirmar que, ao contrário do que tem sido dito pela autoridade municipal, o Sindimoc não compactuou e jamais compactuará com esse projeto de lei.

Pelo contrário, a Convenção Coletiva de Trabalho 2018/2019 por nós assinada garante o direito à estabilidade de emprego e à qualificação, jamais a demissão de 6.000 cobradores. Temos a convicção que essa tentativa de confundir não só a categoria, mas toda a população de Curitiba, será malograda.

Em tempo, cumpre observar ainda que o Ministério Público Federal (MPF) em Uberlândia e o Ministério Público do estado de Minas Gerais (MPMG) ajuizaram, em 12 de novembro uma ação civil pública (ACP) contra a União. Um dos objetivos é obrigar o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) a garantir a presença de cobradores de passagens nos veículos, melhorando a qualidade do serviço prestado aos consumidores e a segurança no trânsito.

Expostos os fartos argumentos contrários, restam a nós muitas dúvidas sobre esse famigerado projeto. Mas uma, em especial, faço questão de enumerar: Qual é o real interesse do prefeito em aprovar uma lei que causa a demissão de seis mil pais e mães de família, reduz a qualidade do transporte coletivo e ainda coloca um lucro extra de R\$ 212 milhões anuais no bolso de oito empresários da cidade?

Anderson Teixeira é presidente do Sindicato dos Motoristas e Cobradores de Ônibus de Curitiba e Região Metropolitana (Sindimoc) e vice-presidente da Força Sindical do Paraná."

Editorial: "O futuro incerto da reforma tributária

13/12/2018 – Fonte: Gazeta do Povo (publicado em 12-12-2018)

Texto é aprovado em comissão especial, mas não pode ir a votação enquanto durarem intervenções federais, e equipe de Bolsonaro tem suas próprias ideias de reforma

Na terça-feira, a Comissão Especial da Reforma Tributária na Câmara dos Deputados aprovou o relatório de Luiz Carlos Haully (PSDB-PR), abrindo o caminho para as mudanças serem votadas nos plenários das duas casas do Congresso.

A grande mudança prevista é a substituição de dez impostos e contribuições cobrados atualmente – IPI, IOF, CSLL, Pis, Pasep, Cofins, Salário Educação, Cide Combustíveis, ICMS e ISS – por apenas dois novos tributos, um Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), estadual, e um Imposto Seletivo (IS), federal, que incidiria sobre certos bens e serviços específicos.

No entanto, toda a discussão sobre a reforma ficará, inevitavelmente, para o ano que vem, por dois motivos principais. Como se trata de uma emenda à Constituição, é preciso esperar que terminem as intervenções federais no Rio de Janeiro e em Roraima, já que nenhuma PEC pode ser promulgada enquanto houver intervenções em vigor.

Além disso, a reforma nos moldes propostos por Haully não é consensual dentro da equipe econômica de Jair Bolsonaro, comandada por Paulo Guedes. O grupo inclui, por exemplo, tanto defensores de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) quanto proponentes de um imposto único sobre operações financeiras.

De imediato, o grande mérito da proposta aprovada pela comissão especial está na simplificação tributária. O Brasil, hoje, é líder absoluto em tempo gasto pelas empresas para cumprir suas obrigações tributárias: cerca de 2 mil horas por ano, mais que o dobro do segundo colocado no levantamento do Banco Mundial. Boa parte desse tempo e esforço poderia ser gasta em outras atividades, direcionadas ao aumento da produtividade ou da inovação, por exemplo. Mas a reforma ainda deixa uma série de dúvidas e algumas certezas de que certos problemas possivelmente seguirão inalterados.

Por mais que a intenção do relator seja a de inverter a lógica tributária atual, em que a maior parte da arrecadação vem de impostos sobre a produção e o consumo, prejudicando especialmente os mais pobres, a simples substituição de tributos prevista na reforma não é garantia de que esse objetivo seja atingido.

Tudo dependerá das alíquotas que serão cobradas tanto nos novos impostos quanto naqueles que continuarão a existir, como o Imposto de Renda, IPVA, IPTU, impostos sobre importação e exportação, e contribuição previdenciária sobre folha de pagamento. As alíquotas, no entanto, não são objeto da PEC. Conseguir a justiça tributária – que aqueles que têm mais sejam de fato os que pagam mais impostos – será uma outra batalha, que virá depois da aprovação de uma reforma, seja a que está na mesa hoje, seja uma outra proposta feita mais adiante.

Também não se vislumbra mudança nem na carga tributária total, nem na distribuição dos recursos entre União, estados e municípios. A desproporção absurda entre as responsabilidades atribuídas aos entes supranacionais e a fatia que eles recebem do bolo tributário ajuda a agravar as crises fiscais que estados e municípios vivem atualmente.

A reforma até diminui os riscos da continuação da guerra fiscal que afeta a arrecadação de várias unidades da Federação, mas sem uma redistribuição substancial desse dinheiro os estados e municípios continuarão a mendigar por recursos, especialmente no caso daquelas cidades inviáveis que, hoje, dependem de fundos de participação para se sustentar – quando são capazes disto.

Mesmo que não seja a reforma definitiva, que resolverá de vez os problemas tributários da nação, o substitutivo aprovado na comissão especial, pelos méritos que tem, merece pelo menos análise cuidadosa da equipe econômica. Qualquer proposta alternativa formulada pelo novo governo terá de mostrar ser um avanço em relação ao que já está na mesa para votação e foi fruto de um exaustivo trabalho no Legislativo. Do contrário, correremos o risco de cair em um velho problema brasileiro: o de ter plena consciência do que precisa ser feito, mas nunca ter a disposição para fazê-lo."

Copom decide manter a Selic em 6,50% ao ano

13/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 12-12-2018)

Os membros do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiram, por unanimidade, manter a Selic (os juros básicos da economia) em 6,50% ao ano. Com isso, a taxa permaneceu no nível mais baixo da série histórica do Copom, iniciada em junho de 1996.

A decisão – a última de 2018 – era largamente esperada pelos economistas do mercado financeiro. De um total de 35 instituições consultadas pelo Projeções Broadcast, todas esperavam pela manutenção da Selic em 6,50% ao ano.

Ao justificar a decisão, o BC afirmou por meio de comunicado que a atividade econômica segue em recuperação gradual e, ao mesmo tempo, que as medidas de

inflação subjacente estão em níveis "apropriados ou confortáveis, inclusive os componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária".

Ao abordar os riscos para seu cenário básico, o BC voltou a listar três fatores principais, que atuam "em ambas as direções". Primeiro, o BC chamou a atenção para "o nível de ociosidade elevado" da economia, que "pode produzir trajetória prospectiva abaixo do esperado". Neste caso específico, o comitê avaliou que "houve uma elevação do risco".

Em segundo lugar, o BC voltou a citar que "uma frustração das expectativas sobre a continuidade das reformas e ajustes necessários na economia brasileira pode afetar prêmios de risco e elevar a trajetória da inflação no horizonte relevante para a política monetária". Para o BC, este segundo risco se intensifica no caso de "deterioração do cenário externo para economias emergentes". Esta deterioração no exterior é o terceiro risco considerado pela instituição.

O BC, no entanto, afirmou que o segundo risco, ligado à frustração com as reformas, passou por "arrefecimento". Ao mesmo tempo, a instituição voltou a afirmar que o segundo e o terceiro risco – este ligado ao exterior – possuem maior peso em seu balanço.

No documento, o BC também atualizou suas projeções para a inflação. No cenário de mercado – que utiliza expectativas para câmbio e juros do mercado financeiro, compiladas no relatório Focus -, o BC alterou sua projeção para o IPCA em 2018 de 4,4% para 3,7%. No caso de 2019, a expectativa foi de 4,2% para 3,9%. Já a projeção de inflação para 2020 neste cenário passou de 3,7% para 3,6%.

No cenário de referência, em que o BC utilizou nos cálculos uma Selic fixa a 6,50% e um dólar a R\$ 3,85, a projeção para o IPCA em 2018 passou de 4,4% para 3,7%. No caso de 2019, o índice projetado foi de 4,2% para 4,0%. A projeção de inflação para 2020 no cenário de referência passou de 4,1% para 4,0%.

O centro da meta de inflação perseguida pelo BC este ano é de 4,5%, com margem de tolerância de 1,5 ponto porcentual (índice de 3,0% a 6,0%). Para 2019, a meta é de 4,25%, com margem de 1,5 ponto (de 2,75% a 5,75%). No caso de 2020, a meta é de 4,0%, com margem de 1,5 ponto (2,5% a 5,5%).

Taxa básica dos juros caminha para maior período em baixa histórica

13/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 12-12-2018)

Na última reunião no governo Michel Temer, comitê do Banco Central mantém Selic em 6,5% ao ano

Na última reunião do ano, o Copom (Comitê de Política Monetária do Banco Central) decidiu, pela sexta vez consecutiva, manter os juros básicos em 6,5% ao ano, patamar que deve se manter até o segundo semestre do próximo ano.

Se esse cenário realmente se mantiver na próxima reunião, o presidente do BC, Ilan Goldfajn, que sai do cargo em março, entregará ao seu sucessor, Roberto Campos Neto, uma taxa Selic no nível mais baixo da história e por mais tempo nesse patamar. No comunicado que acompanha a decisão, tomada nesta quarta-feira (12), o comitê reafirmou que o cenário atual pede a manutenção da taxa Selic no nível vigente. Salientou que o patamar da inflação está em nível "apropriado e confortável".

"O comitê avalia que diversas medidas de inflação subjacente se encontram em níveis apropriados ou confortáveis, inclusive os componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária."

Essa tranquilidade com a variação de preços no governo Michel Temer transparece nas projeções dos analistas ouvidos pelo BC no boletim Focus: a maioria acredita que os juros só voltarão a subir em setembro de 2019, para 7% ao ano.

O principal risco a esse cenário é se o novo governo der, ao longo do ano que vem, alguma sinalização de revés para a reforma da Previdência.

"Se o governo desistir da reforma, por exemplo, é o tipo de coisa que pressiona o dólar e, conseqüentemente, a inflação", exemplifica o ex-diretor do Banco Central Alexandre Schwartzman, da consultoria Schwartzman & Associados e colunista da **Folha**.

Como faz todos os meses, o BC voltou a frisar no comunicado do Copom a necessidade de reformas.

"O comitê enfatiza que a continuidade do processo de reformas e ajustes necessários na economia brasileira é essencial para a manutenção da inflação baixa no médio e longo prazos, para a queda da taxa de juros estrutural e para a recuperação sustentável da economia", diz o documento.

A perspectiva de uma longa estabilidade da taxa básica é consequência da combinação de inflação controlada e atividade econômica fraca.

"É muito difícil enxergar a atividade em um nível que pressione os preços antes de 2021", afirma José Francisco Gonçalves, economista-chefe do Banco Fator.

Ele lembra que antes do primeiro turno, os analistas ouvidos pelo BC projetavam alta da Selic já em maio do próximo de 2019.

A vitória de Jair Bolsonaro (PSL) e de seu guru econômico Paulo Guedes, que prioriza a reforma das aposentadorias, empurrou essa expectativa do mercado para o último trimestre de 2019.

"A melhora é baseada na expectativa de mudança na situação fiscal", avalia Gonçalves. "Em meados do ano que vem, vai ser um momento importante para fazer um balanço: se o lado fiscal estiver bem encaminhado, as estimativas atuais farão sentido. Se não, a alta dos juros básicos pode vir um pouco antes."

No caso do cenário externo, há o risco dos efeitos políticos e econômicos de uma guerra comercial entre Estados Unidos e China. Em caso de aumento de tarifas de importação, por exemplo, a inflação americana pode subir, assim como os juros básicos.

"Trump tem dado sinais de que vai dar trabalho em 2019 por estar acuado no Congresso, precisando dar uma resposta sobre a guerra comercial que não passe a imagem de perdedor", afirma o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale.

"Esse cenário de instabilidade tende a depreciar as moedas emergentes, o que pode se agravar se a reforma não andar", diz.

Bancos de desenvolvimento em todo o mundo estão se reinventando, diz Levy

13/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 12-12-2018)

O futuro presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Joaquim Levy, voltou a defender nesta quarta-feira, 12, a parceria com o setor privado e a transparência na atuação da instituição. Em discurso de 10 minutos no encerramento de um evento promovido pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), na sede do BNDES, no Rio, Levy afirmou ainda que os bancos de desenvolvimento, em todo o mundo, estão "se reinventando".

“As discussões de hoje (no evento do Cebri) foram bastante importantes. O papel dos bancos de desenvolvimento foi bem discutido. Sob diversos aspectos, todo mundo concorda que o objetivo não é substituir agentes, mas trabalhar em parceria com o setor privado”, afirmou Levy.

Sem dar muitas sinalizações sobre qual será o papel do BNDES na política econômica do futuro governo Jair Bolsonaro, Levy reforçou a importância de abrir espaço para o setor privado. “Hoje vivemos um momento em que a busca por competitividade, pela concorrência, pela abertura da nossa economia, para dar espaço para o setor privado respirar, para as empresas pequenas e médias poderem trabalhar, é uma obrigação de qualquer pessoa que esteja se dispondo a participar do serviço público”, afirmou Levy.

Segundo o futuro presidente do BNDES, “nosso papel em termos de desenvolvimento é ajudar nos aspectos mais estruturais e fundamentais, como educação, e, junto com o resto do governo, criar as condições para que as pessoas possam desenvolver suas atividades”.

Para Levy, que deixou o posto de diretor financeiro do Banco Mundial, em Washington (EUA), para assumir o BNDES, os atuais desafios da economia global exigem que a maioria dos bancos de desenvolvimento se reinvente. O ex-ministro da Fazenda destacou as inovações financeiras como parte dessa reinvenção.

O BNDES já estaria nesse caminho, segundo Levy. “Essa é uma experiência universal dos bancos que vão se reinventando. Certamente, é o que o BNDES já iniciou, é o que ele fez a vida toda e o que nós devemos continuar”, disse o futuro presidente do banco. Levy disse ainda que chamou sua atenção, entre as discussões ao longo do dia no evento do Cebri, o entendimento do papel dos bancos de desenvolvimento em dar prioridade a temas como sustentabilidade e educação. “Em particular num país como o Brasil, que tem um setor agrícola extremamente importante, temos que estar atentos às condições ambientais”, afirmou.

Sem citar diretamente a participação diplomática do Brasil nas discussões em torno dos acordos para redução de emissão de gases que provocam o aquecimento global, cuja posição atual é criticada pelo futuro chanceler, Ernesto Araújo, Levy relatou a experiência do Banco Mundial, que leva em conta, em seus empréstimos, “o impacto de eventos climáticos extremos”, especialmente nos países mais pobres.

Ao encerrar o discurso, o futuro presidente do BNDES falou em transparência e acenou para o corpo técnico do banco. Segundo ele, o “elemento de transparência” vai ficar cada vez mais importante. Levy defendeu a parceria com “todos os órgãos que promovem a transparência no Brasil” e disse que o BNDES já iniciou um trabalho nesse sentido.

“Quero continuar nesse caminho, inclusive para dar a segurança e o conforto a todo o corpo técnico, que é extraordinário, para a gente poder realizar os sonhos que as pessoas daqui e fora daqui têm de um Brasil melhor”, afirmou Levy.

Fux revoga a própria liminar, e multa para quem não cumprir tabela do frete volta a valer

13/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 12-12-2018)

Ministro do STF atendeu a um pedido da AGU para deixar o assunto para o próximo governo

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luiz Fux revogou, na noite desta quarta-feira (12), uma liminar concedida por ele na semana passada que havia suspenso as multas e punições para quem descumprisse a tabela do frete.

A liminar de Fux, da última quinta (6), gerou um princípio de movimentação entre os caminhoneiros, porque, na prática, esvaziava o tabelamento do frete. A tabela com preços mínimos foi instituída pelo governo federal em resposta a uma greve feita pelos caminhoneiros em maio deste ano.

Com a reconsideração de Fux, as multas para as empresas que descumprirem a tabela voltam a vigorar. O ministro revogou a decisão da semana passada após um pedido da AGU (Advocacia-Geral da União) chegar ao STF nesta segunda-feira.



O órgão solicitou a Fux para deixar o assunto para o novo governo e para o novo Congresso, a fim de “evitar risco de comprometimento do sistema de distribuição de alimentos, medicamentos, combustíveis e outros produtos essenciais [...] no período do Natal e do Ano Novo”.

Em sua reconsideração, Fux escreveu que, “consoante afirma a Advocacia-Geral da União, os canais de participação dos setores interessados serão efetivados ‘pela nova estrutura governamental que assumirá a condução do país, em breve, no início do próximo ano’”.

“Com esse desiderato, este juízo vem priorizando as vias amigáveis de diálogo para a solução das questões sociais subjacentes ao julgamento da causa, inclusive com a realização de audiências com as partes interessadas e também de audiência pública”, afirmou.

O ministro, relator de um conjunto de ações que discutem no Supremo a constitucionalidade do tabelamento do frete, pediu, por fim, que o presidente da corte, ministro Dias Toffoli, marque com urgência uma data para o plenário julgar o tema no mérito.

AGU pede ao STF que reconsidere decisão de Fux sobre tabela do frete

13/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 12-12-2018)

Grace Mendonça se reuniu nesta quarta-feira com lideranças dos caminhoneiros

A ministra da AGU (Advocacia Geral da União), Grace Mendonça, encaminhou ao STF (Supremo Tribunal Federal) um pedido de reconsideração da decisão que impede a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) de penalizar quem descumprir a tabela de preços mínimos para fretes de transporte rodoviário.

No pedido, Grace afirma que a Medida Provisória que instaurou a tabela do frete “assegurou o estado de normalidade nas rodovias do país”. A medida foi uma das reivindicações dos caminhoneiros que bloquearam diversas estradas do país durante 11 dias em maio.

A AGU pede ainda a manutenção da obrigatoriedade da tabela “ao menos até a reavaliação da matéria” pelo novo governo “que assumirá a condução do país em breve, no início do próximo ano”.

“A Medida Provisória aprovada pelo Congresso convergida em lei estabelece premissas para política de fretes no Brasil e a ideia é requerer ao relator que reconsidere seu

despacho e possa preservar as regras estabelecidas na norma”, disse ela a jornalistas em evento do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e BNDES.

Ainda na tarde desta quarta, a ministra se reuniu com representantes dos caminhoneiros.

O diretor do Sindicam de Ourinhos (Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens do Estado de São Paulo), Ariovaldo de Almeida Junior, estava na reunião e afirmou estar confiante que a decisão de Fux caia.

"Apresentamos documentos que comprovam que o frete pago [atualmente] é acima do piso, mas quem realmente faz o transporte, recebe 33% do valor pago. Um absurdo", disse.

Para o caminhoneiro, as empresas chamadas de "atravessadores", que fazem a ponte entre o produtor e os caminhoneiros autônomos, ficam com a maior parte do pagamento.

O pedido da AGU deve acalmar os ânimos e a possibilidade de novas greves no curto prazo. De acordo com o presidente do Sinditac (Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga) de Ijuí (RS), Carlos Alberto Litti Dahmer, a decisão era o "é o que precisa se fazer nesse momento para tranquilizar a estrada.

Na segunda-feira, houve pontos de manifestações na Via Dutra, que duraram cerca de duas horas.



Contra o excesso de judicialização, AGU está revisando estoque regulatório

13/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 12-12-2018)

A ministra Grace Mendonça, da Advocacia Geral da União (AGU), disse nesta quarta-feira, 12, que todos os setores da economia brasileira estão hoje judicializados. Para ela, os três poderes da União precisam encarar essa questão e atuar para melhorar a segurança jurídica no País.

Em palestra no seminário Diálogos para o Amanhã, realizado Cebri e BNDES, a ministra contou que a AGU criou um Grupo de Trabalho (GT) que está revisando todo o estoque regulatório do País. O GT trabalha também na criação de um manual para a produção de normas regulatórias.

"Acreditamos que essa iniciativa será determinante para limpar o estoque regulatório do País. Essa é uma contribuição efetiva da AGU para melhorar a segurança jurídica", afirma a ministra.

Para Grace, a judicialização decorreu, nos últimos anos, da capacidade que o Poder Judiciário teve de fazer a diferença por meio de regras claras. "Expressões pouco claras, expressões abertas geram enorme espaço para interpretações. O Poder Legislativo pode colaborar por meio das edições de leis com precisão técnica e evitando 'inflação legislativa', leis demais que acabam tumultuando o ambiente de negócios", disse.

A ministra lembrou que, no Executivo, as agências reguladoras também têm poder de legislar. “O Brasil produz 40 atos normativos por dia. É um excesso regulatório que torna o ambiente de negócios quase incompreensível”, explicou.

A representante da AGU defendeu também melhorar a relação do setor público com o setor privado, em especial a cultura de que o agente público não pode ouvir os anseios do agente privado.

Ela citou o caso de um banco de desenvolvimento alemão que teve os bens bloqueados no Brasil porque havia investido em uma empresa que entrou em recuperação judicial e foi considerado pelo judiciário como responsável pelas dívidas trabalhistas. A AGU ajudou a resolver o impasse ingressando na ação e apresentando uma parecer sobre o caso.

“Isso revela o grau de conflito e de litigiosidade que estamos vivendo no País. Direito de acesso à Justiça não quer dizer inserir mais um conflito. Verdadeiro acesso à Justiça é o direito de solução e pode acontecer por outros mecanismos, como mediação, conciliação e arbitragem”, disse ela, frisando que a AGU celebrou mais de 2 mil acordo em dois anos. “É possível resolver problemas pelo diálogo e apostar em política séria de desjudicialização do País”, completou.

Secretário do Tesouro critica postura de montadoras sobre incentivo fiscal

13/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 12-12-2018)

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, que permanecerá no cargo durante o governo de Jair Bolsonaro, criticou nesta quarta-feira, 12, a postura de montadoras instaladas no Brasil em relação a pedidos de incentivo fiscal. Segundo ele, as empresas pedem benefícios para cumprir a legislação ambiental.

A crítica surgiu enquanto o secretário contava, em um evento, de uma reunião que teve com executivos de uma montadora alemã que atua no mercado brasileiro durante as discussões para aprovação do Rota 2030, nova política do governo para o setor.

“Eles me perguntaram por que o programa estava demorando para sair e eu disse a eles que estava demorando para sair porque no Brasil vocês as montadoras pedem incentivo para cumprir legislação ambiental, e isso não faz sentido. Eu não posso dar incentivo a uma empresa de fora para ela cumprir a legislação ambiental”, relatou, em evento da FecomercioSP que discutiu o papel do Estado na economia. Ele não citou os nomes dos executivos nem da empresa.

O Rota 2030 começou a ser discutido no ano passado e foi aprovado pelo Congresso em novembro deste ano. As discussões foram marcadas por um embate entre o Ministério da Fazenda e o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

Enquanto a Fazenda resistia em conceder alguns benefícios pedidos pelas montadoras, com a justificativa de que isso atrapalharia o ajuste fiscal, o MDIC se posicionava ao lado das empresas. Almeida participou das conversas enquanto secretário de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria, cargo que ocupou até abril, quando passou a comandar o Tesouro.

No fim das contas, o programa foi aprovado no Congresso com uma regra que prevê o abatimento no Imposto de Renda devido ou na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de 10% a 12% do valor investido pelas empresas em pesquisa e desenvolvimento.

O programa também envolve, entre outras medidas, descontos de até 2 pontos percentuais no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para as fabricantes que

superarem as metas estabelecidas para melhorar a eficiência energética (redução de consumo de combustível e de emissão de poluentes) e a segurança dos automóveis.

Petrobras reduz em 1,51% preço da gasolina em refinarias no dia 14 a R\$ 1,5878

13/12/2018 – Fonte: DCI

A Petrobras anunciou corte de 1,51% no preço médio do litro da gasolina A sem tributo nas refinarias, válido para a sexta-feira, 14, para R\$ 1,5878.

O preço do diesel, por sua vez, permanece em R\$ 1,7984 até 15 de dezembro, diante dos novos valores dos preços de referência para o quinto período da terceira fase do programa de subvenção ao diesel, de acordo com a estatal.

Em 6 de setembro, a diretoria da companhia anunciou que além dos reajustes diários da gasolina, terá a opção de utilizar um mecanismo de proteção (hedge) complementar.

Renault pede que Nissan não contate seus membros do conselho, dizem fontes

13/12/2018 – Fonte: DCI (publicado em 12-12-2018)

Desde a prisão de Ghosn em 19 de novembro no Japão, a Renault e o governo francês exigiram ver as descobertas de uma investigação interna

A Renault pediu que a Nissan pare de contatar os executivos da montadora francesa antes da reunião do conselho na quinta-feira, enquanto a empresa japonesa tenta compartilhar evidências de irregularidades cometidas por seu presidente do conselho deposto Carlos Ghosn, disseram duas fontes.

Desde a prisão de Ghosn em 19 de novembro no Japão, a Renault e o governo francês exigiram ver as descobertas de uma investigação interna da Nissan que inclui alegações de má conduta financeira do executivo de 64 anos.

Ghosn foi acusado na segunda-feira no Japão por subdeclarar sua renda durante cinco anos até março de 2015. Embora tenha sido demitido do cargo de presidente do conselho da Nissan dias após sua prisão, ele continua como líder do conselho e presidente-executivo de sua sócia francesa.

A Nissan é 43,4 por cento detida pela Renault, embora seja quase 60 por cento maior em vendas. A japonesa detém uma participação de 15 por cento sem direito a voto na empresa francesa. O maior acionista da Renault é o Estado francês, com uma fatia de 15 por cento.

O conselho da Renault se reúne em 13 de dezembro, e as descobertas da investigação da Nissan serão compartilhadas na reunião em que o futuro de Ghosn também poderá ser debatido, disse uma das fontes com conhecimento do assunto.

A empresa francesa pediu à Nissan que não entre em contato com seus diretores antes da reunião, porque tal contato estava fora dos canais acordados para a comunicação das descobertas sensíveis, disse a fonte.

A Nissan se ofereceu na semana passada para informar o conselho da Renault sobre as conclusões do que considera uma prova de irregularidades cometidas por Ghosn, disse uma segunda fonte.

O intercâmbio entre a Renault e a Nissan é outro exemplo da relação turbulenta entre as duas montadoras, apesar das garantias dos executivos de ambos os lados de

preservar a aliança. A parceria, da qual Ghosn tem sido a força motriz, é amplamente vista como vital para a sobrevivência de longo prazo das duas montadoras.

Sob pressão do governo francês, Ghosn vinha explorando uma integração mais profunda ou mesmo uma fusão entre a Renault e a Nissan, apesar de fortes reservas na japonesa.

Um porta-voz da Renault e o Ministério das Finanças da França não comentaram o assunto.

Fábrica da Volkswagen em Taubaté comemora produção de 7 milhões de veículos

13/12/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 12-12-2018)



A **fábrica da Volkswagen em Taubaté** atingiu o marco de 7 milhões de veículos produzidos desde que começou a operar, há 40 anos. O modelo que completou o volume é um Voyage, com motor total flex 1.6 da família EA211, de até 120 cv e com transmissão automática. O primeiro veículo inteiro produzido pela fábrica foi em 1978 e também foi um sedã: o Passat.

Além do Voyage, a unidade também é a responsável pela fabricação dos modelos Gol, Up! e Cross Up!. “A Volkswagen do Brasil já produziu mais de 23 milhões de veículos em sua história, dos quais 7 milhões em Taubaté. Isso demonstra a extrema importância desta unidade na estratégia da nova VW, que atualmente produz com exclusividade modelos como o Voyage, o Up! e o Gol, o qual é atualmente o quarto modelo mais vendido do mercado nacional”, destacou o presidente e CEO da Volkswagen América Latina, Pablo Di Si.

Do total de veículos produzidos em Taubaté nos últimos 40 anos, cerca de 5 milhões foram Gol e o segundo modelo mais produzido na unidade foi o Voyage, com mais de 1,5 milhão de unidades. Na sequência estão a Parati, o Up! e a Saveiro.

O Voyage com câmbio automático, assim como o Gol, chegou ao mercado em julho como parte da linha 2019 dos modelos que integram a lista de vinte lançamentos da marca previstos até 2020, como resultado dos investimentos de R\$ 7 bilhões no País até lá.

TRAJETÓRIA DA FÁBRICA DA VOLKSWAGEN EM TAUBATÉ

1973 - Início da construção.

1976 - Unidade faz peças estampadas, plásticas, injetadas e de tapeçaria para Fusca e Kombi produzidos em São Bernardo do Campo.

1978 - Primeiros cinco Passat produzidos no local são liberados para venda.

1979 - Produção do Passat em volume.

1980 - Produção do Gol Geração I, com motor 1.3. Veículo inaugura nova fase na indústria automotiva brasileira.

1982 - Primeiras 100 mil unidades do Gol produzidas.

1986 - Início da produção do Voyage.

1990 - Unidade comemora 1.000.000 de veículos produzidos.

1993 - Fábrica é a primeira montadora da América do Sul a receber o Certificado Internacional de Qualidade ISO 9002. Unidade recebe primeiros robôs, para produzir Gol Geração II.

2002 - Fábrica recebe certificado de qualidade ambiental ISO 14.001.
2008 - Novo Gol e Novo Voyage entram em produção. Fábrica recebe investimentos de R\$ 600 milhões e instala nova Armação, com 308 robôs.
2009 - Unidade comemora 5.000.000 de veículos produzidos.
2011 - Iniciada a construção da nova pintura
2012 - Inauguração da nova pintura com início da pintura em KTL
2014 - Inauguração da linha de produção do Volkswagen Up!
2015 - Primeiras 100 mil unidades do Up! produzidas
2016 - Fábrica celebra 40 anos de operações e o marco de 6,5 milhões de veículos produzidos
2017 - Unidade comemora os marcos de 200 mil Up! produzidos; 1,5 milhão de Voyage e 8 milhões de Gol fabricados pela VWB.
2018 - Fábrica inicia produção do Gol e Voyage com transmissão automática.

Volkswagen anuncia novo presidente e CEO do grupo na Argentina

13/12/2018 - Fonte: Automotive Business (publicado em 12-12-2018)



Com a saída de Hernán Vásquez do cargo de CEO e presidente do Grupo VW na Argentina no início deste mês, a companhia anuncia Thomas Zahn como seu sucessor, que assume a nova função em janeiro próximo.

De origem alemã, o executivo está na VW há 21 anos, período em que ocupou funções centrais na área de vendas da empresa em Wolfsburg, além de ter sido o responsável por vendas na China, tanto na FAW-Volkswagen, em Changchun, como na SAIC, em Xangai.

Nos últimos seis anos ocupou a posição de responsável pelos negócios da marca VW na Alemanha, como chefe de vendas e marketing no país.

“Tenho plena confiança de que Thomas, que tem grande experiência em outros mercados, continuará trabalhando a estratégia do Grupo Volkswagen e fortalecerá a posição da VW no país. Ele também terá uma tarefa desafiadora, assegurando a implementação do plano de investimentos anunciado”, afirmou o presidente e CEO da Volkswagen América Latina, Pablo Di Si.

BMW de Araquari atinge a marca de 50 mil carros produzidos

13/12/2018 - Fonte: Automotive Business (publicado em 12-12-2018)



Unidade inaugurada em 2014 já recebeu mais de R\$ 1 bilhão em investimentos

O Grupo BMW atingiu a marca de 50 mil automóveis produzidos na fábrica de Araquari, município de Santa Catarina. O automóvel de número 50.000, um BMW X1, deixou a linha de produção na quarta-feira, dia 12. Quando se somam as motocicletas montadas em Manaus o grupo acumula mais de 100 mil veículos fabricados no Brasil.

Recentemente, a companhia anunciou novo investimento de R\$ 125 milhões na unidade catarinense. Com isso a BMW voltou a fabricar o utilitário esportivo X4 e se prepara para o início da produção, no segundo semestre de 2019, da nova Série 3.

A BMW de Araquari foi inaugurada em outubro de 2014 e recebeu mais de R\$ 1 bilhão desde que entrou em atividade. Foi erguida em uma área de 1,5 milhão de metros quadrados, com 500 mil m² de superfície pavimentada. A infraestrutura inclui atividades de montagem, engenharia, soldagem e também instalações de pintura e logística, além de prédios administrativos e auxiliares.

AB firma cooperação com Women in Leadership in Latin America

13/12/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 12-12-2018)

Organização está em fase de coleta de dados para a pesquisa Mulheres na Liderança

Automotive Business anuncia parceria com a Women in Leadership Latin America, organização internacional que visa valorizar e incentivar a presença de mulheres na liderança de empresas de diversos setores. A instituição passa a apoiar a **Rede AB Diversidade**, iniciativa inédita que estreia em 2019 com o objetivo de ser um campo neutro de discussão e troca de boas práticas entre empresas desta indústria.

Além desta, a parceria tem outra sinergia importante: enquanto Automotive Business realiza a pesquisa anual Presença Feminina no Setor Automotivo, a Will promove o estudo Mulheres na Liderança em colaboração com o Valor Econômico, a Editora Globo e, a partir de agora, com Automotive Business.

O levantamento reúne dados de diversos setores para identificar as melhores práticas corporativas para o fomento da participação de executivas no comando das organizações. A instituição está justamente na fase de coleta dos dados da segunda edição do estudo. Para garantir a representatividade da indústria automotiva no levantamento, convidamos o nosso público leitor a participar.

Para receber o questionário, basta escrever para este e-mail: mulheresnalideranca@valor.com.br.

As respostas são anônimas e serão processadas pelo Instituto Ipsos, que presta o suporte metodológico à pesquisa. Somente o ranking das empresas vencedoras será divulgado com os nomes. Todos os outros dados serão apresentados de forma global, sem detalhamento por empresa.

CSN projeta alta de 33% em produção de minério de ferro até 2023

13/12/2018 – Fonte: Reuters

A Companhia Siderúrgica Nacional informou no final da noite da véspera que projeta um crescimento de 33 por cento na produção de minério de ferro até 2023 ante nível de 28,5 milhões de toneladas estimado para este ano.

A companhia afirmou que para 2019 a estimativa é elevar a produção de minério de ferro para 31,5 milhões de toneladas, com a entrega de projetos de melhoria de suas operações de mineração.

Em 2023, a companhia estima que das 38 milhões de toneladas estimadas de minério de ferro, a produção de pellet feed corresponderá a 14,3 milhões de toneladas ante nível de 3,5 milhões neste ano.